



PROJECTO EUROPA



Nº 8 - Março 1992

DIRECTOR: António d'Orey Capucho

PACOTE "DELORS II"

António Capucho considera as propostas de Delors "equilibradas e muito positivas".

As decisões tomadas recentemente no Conselho Europeu de Fevereiro constituem um marco essencial para o relançamento da construção europeia e revestem-se de particular importância para Portugal, designadamente no domínio da coesão económica e social.

Na sequência desses acordos de Maastricht, o Presidente da Comissão apresentou o "Pacote Delors II" ao Parlamento Europeu.

O documento prevê um substancial reforço das ajudas financeiras a Portugal (fundos estruturais e novo fundo de coesão) nos próximos cinco anos, podendo o respectivo montante anual atingir um valor duplo do actual.

Durante o debate, António Capucho numa "primeira análise do pacote Delors II" considerou "as respectivas propostas genericamente equilibradas e muito positivas, traduzindo as grandes orientações políticas adoptadas no último Conselho Europeu".

No que se refere ao reforço indispensável da coesão económica e social referiu as seguintes medidas "que nos parecem essenciais e que aplaudimos:

- prevê-se a duplicação dos fundos estruturais para os quatro Estados membros com maior necessidade de ajustamentos (...);
- consideram-se necessidades e áreas fundamentais não cobertas até agora como a educação e a saúde;
- diminui-se a comparticipação exigida aos Estados membros;
- cria-se o novo Fundo de Coesão, tendencialmente sem adicionalidade, o qual reconhece o interesse europeu das infraestruturas de transporte de ligação entre a periferia e o centro da Europa. (...)"

TIMOR - LESTE

Rui Amaral acusa a Comissão de desrespeito pelas deliberações do Parlamento

O deputado social-democrata Rui Amaral considerou como "um caso grave e reiterado de violação das normas institucionais" as declarações do Comissário Abel Matutes perante o plenário do Parlamento Europeu, informando que a Comissão Europeia decidiu retomar a cooperação entre a CE e a Indonésia.

Respondendo a uma pergunta do deputado Marques Mendes, o Comissário informou que a cooperação se normalizou face aos resultados do inquérito feito pelo Governo de Jacarta ao massacre de 12 de Novembro e às garantias obtidas sobre a adopção de medidas legais rigorosas contra os que tivessem tido responsabilidades nos acontecimentos.

Rui Amaral apresentou à Comunicação Social o comunicado do Intergroupo Timor-Leste em que se manifesta a indignação pela forma como Matutes se referiu a Timor-Leste, adoptando a terminologia anexionista da Indonésia.

Os deputados acusam ainda a Comissão de se ter "recusado a rever a política de cooperação do mesmo modo que desconheceu completamente as resoluções aprovadas pelo Parlamento Europeu, que reclamam acções imediatas de revisão de toda a política de cooperação com a Indonésia".

Os membros do Intergroupo denunciaram publicamente "esta atitude (...) pactuante com a violação reiterada dos direitos do Homem em Timor-Leste por parte da Comissão que, exemplarmente, em inúmeros outros casos, tem dado provas inequívocas de considerar o respeito dos direitos do Homem, a salvaguarda do direito internacional e a democracia, como pedras basilares de toda a política de cooperação com terceiros países.

boletim informativo do grupo parlamentar europeu do PSD

(editado com o patrocínio do grupo liberal, democrático e reformista do parlamento europeu)

PSD ganha lugares institucionais na segunda metade da legislatura do Parlamento Europeu

A meio da legislatura de 5 anos do Parlamento Europeu, procede-se à reeleição de todos os cargos institucionais internos bem como a uma nova redistribuição dos 518 Deputados pelas Comissões e Delegações.

Foi o que ocorreu na semana parlamentar de 13 a 17 de Janeiro.

As posições detidas pelo PSD nos cargos "institucionais" do Parlamento Europeu melhoraram, apesar de o Grupo LDR, onde se insere, ter beneficiado de menos lugares no rateio proporcional a que se procede entre os diversos grupos políticos. Isto em consequência da saída do Grupo de 4 Deputados franceses.

Este ganho de posições revela o reforço do peso negocial do PSD no seio do Grupo Liberal.

Assim, o PSD passa de 5 para 6 cargos institucionais:

- mantém a Vice-Presidência do Parlamento (António Capucho);

- deixa a Presidência de uma Comissão mas obtém um Questor (Manuel Porto), cargo que dá assento no Bureau do PE ao lado dos Vice-Presidentes;

- dispunha de uma Vice-Presidência de Sub-Comissão e passa a 2 Vice-Presidências de Comissões (Virgílio Pereira na Comissão de Desenvolvimento Regional e Rui Amaral na Comissão dos Transportes e Turismo);

- mantém 2 Vice-Presidências de "Delegações" (Carlos Pimenta na Delegação da C.E.I. e Mendes Bota na Assembleia Paritária ACP/CEE).

A nova distribuição dos Deputados do PSD pelas Comissões e Delegações consta do quadro seguinte.

Marques Mendes eleito 1º Vice-Presidente da Comissão Temporária "Pacote Delors"

Foi constituída uma Comissão Temporária para apreciação do chamado "Pacote Delors", tendo o Grupo LDR obtido 3 efectivos e 3 suplentes. Entre estes colegas contam-se os deputados social-democratas Marques Mendes (efectivo) e Rui Amaral (suplente). Entretanto, o deputado Marques Mendes foi eleito 1º Vice-Presidente da Comissão, a qual será presidida pelo antigo Primeiro Ministro italiano Emilio Colombo.

Mendes Bota eleito Vice-Presidente da Assembleia Paritária ACP/CEE.

O deputado Mendes Bota foi eleito Vice-Presidente da Assembleia Paritária ACP/CEE durante a sessão parlamentar de Fevereiro.

Aquela Assembleia agrupa deputados europeus e deputados de 69 países da Africa, das Caraíbas e do Pacífico, tendo como objectivo acompanhar as acções de ajuda ao desenvolvimento decorrentes da aplicação do Acordo de Lomé.

Mendes Bota apresentou, na ocasião, várias propostas de resolução.

Uma, sobre Timor-Leste, insistindo na condenação da acção repressiva e da ocupação violenta por parte da Indonésia, exigindo uma acção mais firme e mais solidária da Comunidade Europeia e dos seus Estados membros.

Uma outra proposta de resolução, sobre a situação em Angola, apela às partes signatárias do Acordo do Estoril, para que respeitem o calendário previsto, por forma a não colocar em causa a realização das primeiras eleições democráticas naquele País. Congratulando-se com o reforço da ajuda comunitária a Angola, Mendes Bota defendeu uma melhor utilização do peso económico e moral da Comunidade para sensibilizar as partes envolvidas no sentido de uma intensificação dos esforços de desmilitarização e de diálogo social político.

Distribuição dos Deputados do PSD pelas Comissões e Delegações

	Comissão	Delegação
António Capucho	Negócios Estrangeiros/ Segurança Assuntos Institucionais	Suécia Hungria
Rui Amaral	Transportes e Turismo Economia	Sudeste Asiático Austrália/Nova Zelândia
Carlos Pimenta	Ambiente, Saúde e Defesa Consumidor Energia e Investigação Científica	CEI Checoslováquia
Manuel Porto	Transportes e Turismo Relações Económicas Externas	China Japão
Marques Mendes	Orçamento Assuntos Sociais Assuntos Internos	América Central Finlândia
Margarida Salema	Assuntos Jurídicos Direitos da Mulher Regimento	Noruega Mashreq
Mendes Bota	Cooperação e Desenvolvimento Cultura, Educação, Juv. e Desportos Transportes e Turismo	ACP Turquia
Virgílio Pereira	Política Regional Petições Orçamento	América do Sul Malta
Vasco Garcia	Agricultura e Pescas Cooperação e Desenvolvimento	Islândia ACP

editorial

SOCIALISTAS DEFENDEM EUROPA DOS "GRANDES"

O Deputado da RFA snr. Hansch, membro da Direcção do Grupo Socialista do PE, é autor de um estranho relatório sobre "as estruturas institucionais de uma Comunidade Europeia alargada".

Passado apenas um mês sobre os acordos de Maastricht, o relator pretende desde já perspectivar uma nova e profundíssima reforma tendente a uma união assente em fortes estruturas federais".

Se é certo que o relator avança com algumas sugestões construtivas - em parte visando suprir lacunas de Maastricht - a verdade é que propõe algumas soluções absurdas e mesmo escandalosas. Por exemplo, defende que a Presidência do Conselho - este semestre a cargo de Portugal - passe a ser rotativa apenas entre os cinco "grandes" Estados da Comunidade, reservando "generosamente" duas Vice-Presidências para os sete restantes Estados, incluindo Portugal.

Esta proposta - contrária aos mais elementares princípios em que assenta a Comunidade - reflecte um certo vanguardismo ou, o que é mais grave, traduz uma aspiração hegemónica de alguns sectores políticos.

Este e outros pontos delirantes do relatório estão votados a um claro insucesso no PE, mas nem por isso deixam de causar profundo mal-estar nas opiniões públicas europeias, especialmente nos sectores que vêm ainda com certas reservas a construção de uma União Política de vocação federal.

Um dos erros mais frequentes dos chamados "federalistas" é precisamente o de provocarem efeitos perversos na opinião pública quando exageram nos objectivos que defendem e no ritmo excessivo que preconizam para as reformas.

António Capucho

Vasco Garcia, sobre a produção comunitária de azeite.

"Para os países do Sul da Europa, a olivicultura constitui um suporte económico do mundo rural de grande importância.

Embora a produção de azeite comunitário tenha baixado cerca de 300 000 toneladas entre as campanhas de 1989/1990 e 1990/1991, a área ocupada pelos olivais representa 4,4 milhões de hectares e tem-se mantido estável.

Portugal, com 0,5 milhões de hectares, possui apenas 11,4% da superfície olivícola dos doze Estados-membros. Não se pode, pois, dizer

A Europa esteve demasiado tempo ausente da Bacia do Mediterrâneo e hoje sofre-lhe as consequências. Ao crescendo do integrismo islâmico corresponderá outro tanto de intolerância e violência racial e política no seio da própria Europa."

Manuel Porto, sobre a fiscalidade do álcool.

"Como pode falar-se de harmonização e aproximação de taxas se qualquer País (...) poderá continuar a fixar taxas elevadas a seu bel-prazer, podendo inclusivamente aumentar o diferencial em relação aos mínimos agora estabelecidos?"

Não é sério, pois, falar de harmoni-

discurso directo

que sejam as azeitonas ou o azeite portugueses que vieram perturbar o mercado."

Mendes Bota, sobre a política de cooperação.

"Os fenómenos actuais da instabilidade que caracterizam o Magrebe e o Masherk encontram as suas raízes mais profundas na miséria económica e social que ganhou terreno perante a inércia e sobranceira de uma Europa tão fausta e tão próspera quanto displicente na aplicação de uma verdadeira política integrada para o Mediterrâneo. A Europa não faltou apenas no campo da ajuda técnica, financeira e económica.

A Europa falta desde há muito ao encontro do diálogo cultural.

zação e aproximação com um regime que não leva necessariamente à convergência, sendo antes um regime que permite o proteccionismo de alguns à custa dos interesses de outros."

Marques Mendes, sobre a política social.

"A proposta da Comissão relativa à convergência de objectivos em matéria de política de protecção e segurança social é positiva e oportuna.

Ela surge num momento em que a Comunidade reafirma e redefine os seus objectivos fundamentais, tais como a realização atempada do mercado único e da união económica e monetária, ao mesmo tempo que se mune dos instrumentos necessários ao reforço da concretização da coesão económica e social."

Deputados do PSD coordenadores de Comissões

O Grupo LDR designou como Coordenadores das diferentes Comissões Parlamentares os

seguintes Deputados do PSD: Margarida Salema na Comissão Jurídica, Rui Amaral nos Transportes, Carlos Pimenta no Ambiente, Marques Mendes no Orçamento, Mendes Bota na Cooperação e Virgílio Pereira nas Petições.

Margarida Salema defende os Direitos dos Cidadãos

Na sequência da intervenção de protesto da deputada Margarida Salema a propósito do caso das "listas negras" ocorrido na Grã-Bretanha, a Comissão dos Assuntos Jurídicos e dos Direitos dos Cidadãos decidiu unanimemente confiar-lhe um relatório sobre a protecção das vida privada das pessoas face à elaboração e utilização de ficheiros de dados que contenham, designadamente, alusões às opções políticas e religiosas de cada um.

Margarida Salema é também relatora sobre o "sequestro de menores", tendo recentemente contactado os Ministros da Justiça dos Doze, que se manifestaram empenhados em colaborar no aprofundamento e resolução do chamado "rpto legal" de menores, isto é, no rpto de crianças perpretado por membros da própria família.

Virgílio Pereira interroga a CEE sobre os projectos apresentados pela Madeira no sector das pescas

O deputado social democrata madeirense Virgílio Pereira, insurgiu-se junto da Comissão das Comunidades pelo facto de, durante o ano de 1991, a CEE não ter participado o sector das pescas da Região Autónoma.

"No ano de 1991 não houve por parte das Comunidades nenhum apoio financeiro para a construção de novos barcos ou modernização dos existentes nesta Região", acentuou Virgílio Pereira, lembrando que a "importância capital (do sector das pescas) para a economia deste Arquipélago mereceu uma referência especial no Programa POSEIMA".

Carlos Pimenta pede acordo vinculativo na ECO 92

O deputado Carlos Pimenta apelou para um acordo vinculativo na próxima conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento, sob pena de a ECO 92 "não passar de uma manobra de propagação".

Num debate sobre a participação da CEE na Conferência do Rio, que será dedicada à adopção de estratégias mundiais tendentes a suster os efeitos da degradação do ambiente, Pimenta advogou "um acordo com prazos e limites" entre os países participantes no encontro. Na opinião de Carlos Pimenta, um mau acordo seria um acordo "sem prazos e condições muito concretas a cumprir".

Vasco Garcia defende revisão urgente da política comum das pescas

O deputado social democrata Vasco Garcia defendeu a "revisão urgente da política comum de pescas, que até agora não contempla ajudas de carácter social".

Vasco Garcia, que participou num debate sobre as grandes questões que se colocam à construção europeia, promovido pela Universidade Lusíada, falou também da Política Agrícola Comum, focando os desafios que coloca à presidência portuguesa, enquadrando-os no diálogo comercial em curso entre a Comunidade e os Estados Unidos.

Vasco Garcia foi particularmente crítico em relação à atitude dos EUA no Uruguay Round.

agenda

12 de Março em Lisboa: António Capucho representa o Presidente do Parlamento Europeu no lançamento do "Ano Europeu para a Segurança, a Higiene e a Saúde no Trabalho".

A cerimónia conta com a presença do Primeiro Ministro, do Ministro Silva Peneda e da Comissária Vasso Pandreou.

22 de Abril em Bruxelas: audição pública sobre os Direitos do Homem em Timor-Leste promovida pela Sub-Comissão dos Direitos do Homem do Parlamento Europeu.

29 de Abril, em Bruxelas: os oficiais que frequentam o Curso Superior de Comando e Direcção do Instituto de Altos Estudos Militares, visitam o Parlamento Europeu. Na oportunidade serão recebidos por Deputados do PSD.

1 a 3 de Junho, em Lisboa: reune o Grupo LDR para contactos com a Presidência portuguesa.

Está prevista a presença do Primeiro Ministro e dos Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Finanças.

1 a 3 de Julho, em Copenhaga: reune o Congresso da Federação dos Partidos Liberais, Democráticos e Reformistas.

7 a 9 de Setembro, no Funchal: pelo terceiro ano consecutivo o Grupo LDR organiza, em Portugal as "Jornadas de Estudo" com que inicia o ano legislativo. Depois de S. Miguel (Açores) e Algarve, será a vez da Madeira.

breves

PROJECTO EUROPA

rue Belliard, 97-113

1040 Bruxelles

tel 2845551

fax 2849551